

BANCO CREFISA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

BANCO CREFISA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A., referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Principais destaques:

O Banco Crefisa S.A., obteve um lucro líquido de R\$ 21.540 mil (R\$ 6.812 mil em 2020), uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 12,8% (4,6% em 2020). O patrimônio líquido atingiu R\$ 168.136 mil (R\$ 146.596 mil em 2020).

O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 60,9% (59,49% em 2020).

Auditor Independente:

A BDO RCS Auditores Independentes é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios estabelecidos na legislação brasileira.

Agradecimentos:

O Banco Crefisa S.A., agradece aos acionistas, clientes, colaboradores, correspondentes, prestadores de serviços e parceiros pelo apoio, empenho, confiança e dedicação.

São Paulo, 31 de março de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Crefisa S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crefisa S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 12, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, o Banco realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizados com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

BANCO CREFISA S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Ativo			
Circulante		753.687	492.162
Disponibilidades	4	35.776	315.605
Caixa e depósitos bancários		12.777	604
Aplicações interfinanceiras de liquidez		22.999	315.001
Instrumentos financeiros		698.382	173.093
Títulos e valores mobiliários	5.1	193.061	150.672
Carteira própria		187.446	145.272
Vinculados a prestação de garantias		5.615	5.400
Relações interfinanceiras		19.191	6.352
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.401	195
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		17.565	5.959
Correspondentes		225	198
Carteira de crédito	5.2 a	486.130	16.069
Operações de crédito		88.809	15.539
Outros créditos com característica de Concessão		403.157	1.238
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito		(5.836)	(708)
Outros créditos		18.615	2.549
Rendas a receber		109	62
Diversos	7	18.506	2.499
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	5.2 a	-	(12)
Outros valores e bens	6	914	915
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos		667	667
Provisões para desvalorizações		(667)	(667)
Despesas antecipadas		914	915
Não circulante		246.375	56.897
Instrumentos financeiros		184.163	33.704
Carteira de crédito	5.2 a	184.163	33.704
Operações de crédito		186.585	37.597
Outros créditos com característica de Concessão		28	488
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito		(2.450)	(4.381)
Outros créditos		52.231	13.674
Creditos Tributários	23 a	39.460	-
Diversos	7	12.771	13.674
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	5.2 a	-	-
Outros valores e bens	6	7.623	8.141
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos		7.575	7.575
Provisões para desvalorizações		(297)	(297)
Despesas antecipadas		345	863
Investimentos		11	11
Outros investimentos		11	11
Imobilizado de uso		3	16
Outras imobilizações de uso		527	16
Depreciações acumuladas		(524)	-
Intangível		2.344	1.351
Ativos intangíveis		3.005	1.351
Amortizações acumuladas		(661)	-
Total do ativo		1.000.062	549.059

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Passivo			
Circulante		826.407	394.093
Depósitos e demais instrumentos financeiros		565.277	201.339
Depósitos	8	552.635	201.190
Depósitos à vista		266.829	160.411
Depósitos interfinanceiros		285.806	40.368
Depósitos a prazo		-	409
Outros depósitos		-	2
Relações interdependências	25 a	12.642	149
Recursos em trânsito de terceiros		12.642	149
Outras obrigações		261.130	192.754
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		477	41
Fiscais e previdenciárias		2.783	1.244
Diversas	9	257.870	191.469
Não circulante		5.519	8.370
Depósitos e demais instrumentos financeiros	8	152	24
Depósitos		152	24
Depósitos a prazo		152	24
Outras obrigações		5.317	8.319
Fiscais e previdenciárias		883	1.177
Diversas	9	4.434	7.142
Resultados de exercícios futuros	25 b	50	27
Resultados de exercícios futuros		50	27
Patrimônio líquido	11	168.136	146.596
Capital - De domiciliados no país		344.320	344.320
Prejuízos acumulados		(176.184)	(197.724)
Total do passivo		1.000.062	549.059

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstrações do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Semestre findo em	Exercício findo em	
		31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
		2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		30.793	44.768	45.412
Operações de crédito	13	20.933	29.006	35.796
Operações com títulos e valores mobiliários	5.1 d	9.450	14.511	8.953
Resultado de operações de câmbio	15	410	1.251	663
Despesas da intermediação financeira		(7.255)	(7.908)	(1.057)
Operações de captação no mercado	14	(4.374)	(4.571)	(1.654)
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	5.2 d	(2.881)	(3.337)	597
Resultado bruto da intermediação financeira		23.538	36.860	44.355
Outras (despesas)/receitas operacionais		(46.959)	(59.537)	(35.180)
Receitas de prestação de serviços	16.1	125.205	203.792	35.201
Rendas de tarifas bancárias	16.2	3.753	5.277	2.931
Despesas de pessoal	17	(401)	(796)	(919)
Outras despesas administrativas	18	(138.259)	(223.531)	(40.580)
Despesas tributárias	19	(14.385)	(22.923)	(4.666)
Outras receitas operacionais	20	11.747	16.410	4.959
Outras despesas operacionais	21	(34.619)	(37.766)	(32.106)
Resultado Operacional		(23.421)	(22.677)	9.175
Outras receitas e despesas não operacionais		6.358	6.368	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(17.063)	(16.309)	9.175
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	(1.517)	(1.535)	(2.299)
Imposto de Renda		(774)	(781)	(1.347)
Contribuição Social		(743)	(754)	(952)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	39.460	39.460	-
Imposto de renda pessoa jurídica		21.922	21.922	-
Contribuição social sobre lucro líquido		17.538	17.538	-
Participações estatutárias no lucro		(29)	(76)	(64)
Lucro líquido do semestre/exercício		20.851	21.540	6.812
Número de ações (em milhares)	11 a	339.394	339.394	339.394
Lucro por lote de mil ações (R\$)		61,44	63,47	20,07

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	semestre findo em	exercício findo em	
	31 de dezembro	31 de dezembro	
	2021	2021	2020
Lucro líquido do semestre/exercício	20.851	21.540	6.812
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	<u>20.851</u>	<u>21.540</u>	<u>6.812</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	344.320	(204.536)	139.784
Lucro líquido do exercício	-	6.812	6.812
Saldos em 31 de dezembro de 2020	344.320	(197.724)	146.596
Mutação do exercício	-	6.812	6.812
Saldos em 1º de janeiro de 2021	344.320	(197.724)	146.596
Lucro líquido do exercício	-	21.540	21.540
Saldos em 31 de dezembro de 2021	344.320	(176.184)	168.136
Mutação do exercício	-	21.540	21.540
Saldos em 01 de julho de 2021	344.320	(197.035)	147.285
Lucro líquido do semestre	-	20.851	20.851
Saldos em 31 de dezembro de 2021	344.320	(176.184)	168.136
Mutação do semestre	-	20.851	20.851

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de

(Valores expressos em milhares de Reais)

	semestre findo em	exercício findo em	
	31 de dezembro	31 de dezembro	
	2021	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido do Semestre / Exercício	20.851	21.540	6.812
Ajustes para reconciliar o lucro líquido			
Provisão/(reversão) para provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	2.868	3.110	(647)
Provisão/(reversão) para outros créditos de liquidação duvidosa	13	227	38
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	12
Depreciações e amortizações	129	144	35
Reversão provisão para riscos	-	(2.784)	(10)
Atualização monetária-depósitos judiciais e contingências	(243)	(363)	(149)
Provisão imposto de renda e contribuição social	1.517	1.535	(2.299)
Provisão imposto de renda e contribuição social diferido	(39.460)	(39.460)	-
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	(14.325)	(16.051)	3.792
(Redução)/aumento líquido nos ativos e passivos operacionais			
Títulos e valores mobiliários	(6.469)	(42.389)	11.857
Relações interfinanceiras	(7.936)	(12.839)	(2.312)
Operações de crédito	(137.528)	(222.178)	(27.709)
Outros créditos	(245.085)	(454.689)	(7.565)
Outros valores e bens	259	517	1.373
Depósitos	308.069	351.574	77.309
Relações interdependências	8.198	12.493	83
Outras obrigações	60.550	104.835	189.947
Resultado de exercícios futuros	11	22	26
Caixa (aplicado) proveniente das atividades operacionais	(34.256)	(278.705)	246.801
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações no intangível	(410)	(1.124)	-
Aquisição de imobilizado de uso	-	-	(1.341)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(410)	(1.124)	(1.341)
(Redução)/aumeneto líquido de caixa e equivalentes de caixa	(34.666)	(279.829)	245.460
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	70.442	315.605	70.145
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	35.776	35.776	315.605
(Redução)/aumeneto líquido de caixa e equivalentes de caixa	(34.666)	(279.829)	245.460

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Banco Crefisa S.A. ("Banco"), sediado à rua Canadá, nº 390 - São Paulo - SP, tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos comerciais, ofertando crédito consignado, antecipação de fornecedores, operando como Banco pagador de benefícios do INSS, prestando serviços de assessoria e consultoria financeira e inclusive de câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Crefisa conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas, devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários - carteira própria e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme Resolução CMN nº 3.604/08.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Banco Crefisa S.A. estão contemplados a seguir:

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas, até o 59º dia é contabilizada em receita e a partir do 60º dia é vedado o reconhecimento de encargos de qualquer natureza.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações efetuadas pela Administração para concluir quanto ao valor necessário para créditos de liquidação duvidosa, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as normas e instruções do CMN e do Banco Central do Brasil.

Operações de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base "pro-rata" dia) auferidas e a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, quando aplicável.

(e) Investimentos

Os investimentos em títulos patrimoniais são demonstrados ao custo de aquisição, ajustados pela atualização patrimonial informada pelas instituições. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos das provisões para perdas, quando aplicável.

(f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo móveis, instalações e equipamentos de comunicação - 10% e o sistema de processamento de dados - 20%.

(g) Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(h) Redução ao valor recuperável

O CPC 01 (R1) estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos não financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não havia provisão para desvalorização de bens, além da provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no montante de R\$ 964 (2020 - R\$ 964).

(i) Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS

Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Descrição	Índice (%)
Imposto de Renda	15,00
Adicional de Imposto de Renda	10,00
Contribuição social (a)	25,00
PIS	0,65
COFINS	4,00

A provisão para Imposto de Renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

(a) A Contribuição Social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 25% (alterada pela Lei 14.183/21, passando de 20% para 25% a partir de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS" com reflexo no resultado do período.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de Julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

(j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09:

- (i) Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (ii) Provisões - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- (iii) Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- (iv) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais, que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

(k) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

(l) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN no. 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

(m) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação do ativo imobilizado; (ii) amortização de itens do intangível; (iii) provisão para perdas com operações de crédito e passivos contingentes; (iv) impairment dos ativos não financeiros; e (v) ajuste a mercado de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nestas estimativas.

(n) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas do Banco e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve resultados não recorrentes.

(o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Depósitos bancários	12.777	604
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota explicativa nº 4.1 (a))	22.999	315.001
Total	35.776	315.605

4.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações no mercado aberto		
Lastro em títulos públicos (Nota Explicativa nº4)(i)		
Letras financeiras do Tesouro - LFT	-	249.996
Letras do tesouro nacional - LTN	-	65.005
Notas do tesouro nacional - NTN	22.999	-
Total	22.999	315.001

(i) O prazo de vencimentos dos títulos que lastreiam as operações compromissadas é de agosto de 2022.

(a) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota Explicativa nº 5.1 (d))	5.975	4.556

5. Instrumentos financeiros

5.1. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários está classificada na categoria "para negociação" e "mantidos até o vencimento" por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

(a) Composição por classificação

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil
Carteira própria e vinculada - livres				
Letras financeiras do tesouro - LFTs	187.252	187.446	145.289	145.272
Debêntures (i)	2.506	-	2.494	-
Vinculados à prestação de garantias				
Letras financeiras do tesouro - LFTs	5.609	5.615	5.401	5.400
Total	195.367	193.061	153.184	150.672
Circulante	-	193.061	-	150.672

(i) Trata-se de conversão de créditos em debêntures, emitidas pela Q1 Comercial de Roupas S.A. conforme termos do Plano de recuperação Extrajudicial da emissora, subscrição ocorrida em 28 de junho de 2017, totalmente provisionadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Os prazos de vencimento dos títulos variam entre os dias 01 de março de 2022 a 01 de setembro de 2024.

(b) Composição por emissor

	31/12/2021	31/12/2020
Público - Governo federal		
Títulos para negociação	193.061	150.672
Total	<u>193.061</u>	<u>150.672</u>

(c) Composição por prazo de vencimento

	31/12/2021			31/12/2020		
	Até 360 dias	Acima 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima 360 dias	Total
Títulos públicos						
Letras financeiras do tesouro LFT's	10.423	182.668	193.091	150.672	-	150.672
Total	<u>10.423</u>	<u>182.668</u>	<u>193.091</u>	<u>150.672</u>	<u>-</u>	<u>150.672</u>

(d) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota Explicativa nº 5 (b))	5.975	4.556
Rendas de títulos de renda fixa	8.536	4.397
Total	<u>14.511</u>	<u>8.953</u>

5.2. Carteira de crédito

(a) Por tipo de operação

	31/12/2021							
	Crédito			Provisões				
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total Bruto	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total líquido	
Operações de crédito								
Empréstimos e títulos descontados	88.809	186.585	275.394	(5.800)	(2.448)	(8.248)	267.146	
Total de operações de crédito	88.809	186.585	275.394	(5.800)	(2.448)	(8.248)	267.146	
Outros créditos								
Devedores por compra de valores e bens	360	-	360	(2)	-	(2)	358	
Títulos e créditos a receber	402.797	28	402.825	(34)	(2)	(36)	402.789	
Total de outros créditos (Nota Explicativa nº 7)	403.157	28	403.185	(36)	(2)	(38)	403.147	
Total	<u>491.966</u>	<u>186.613</u>	<u>678.579</u>	<u>(5.836)</u>	<u>(2.450)</u>	<u>(8.286)</u>	<u>670.293</u>	
Circulante	491.966	-	491.966	(5.836)	-	(5.836)	486.130	
Não Circulante	-	186.613	186.613	-	(2.450)	(2.450)	184.163	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020						
	Crédito			Provisões			
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total Bruto	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total Líquido
Operações de crédito							
Empréstimos e títulos descontados	15.539	37.597	53.136	(690)	(4.369)	(5.059)	48.077
Total de operações de crédito	15.539	37.597	53.136	(690)	(4.369)	(5.059)	48.077
Outros créditos							
Títulos e créditos a receber	1.726	488	2.214	(30)	(12)	(42)	2.172
Total de outros créditos (Nota Explicativa nº 7)	1.726	488	2.214	(30)	(12)	(42)	2.172
Total	17.265	38.085	55.350	(720)	(4.381)	(5.101)	50.249
Circulante	17.265	-	17.265	(720)	-	(720)	16.545
Não Circulante	-	38.085	38.085	-	(4.381)	(4.381)	33.704

(b) Por faixa de vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
Operações vencidas	1.068	92
Operações a vencer:		
Até 90 dias	398.579	4.099
De 91 a 360 dias	92.319	13.073
Acima de 360 dias	186.613	38.086
Total	678.579	55.350

(c) Por atividade econômica

Setor	31/12/2021	31/12/2020
Indústria	1.969	13.314
Comércio	-	1.113
Outros serviços	360	6.030
Pessoas físicas	676.250	34.893
Total	678.579	55.350

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito está assim distribuída:

Nível de risco	Percentual da provisão (%)	31/12/2021				31/12/2020	
		Operações vencidas	Operações a vencer	Total	Provisão	Total Operações	Provisão
AA	-	-	404.376	404.376	-	800	-
A	0,5	-	251.202	251.202	(1.256)	36.833	(184)
B	1	1.633	31	1.664	(16)	91	(1)
C	3	3.484	8.682	12.166	(365)	12.872	(386)
D	10	650	80	730	(73)	190	(19)
E	30	923	-	923	(277)	1	-
F	50	1.661	-	1.661	(831)	1	(1)
G	70	1.296	-	1.296	(907)	173	(121)
H	100	4.462	99	4.561	(4.561)	4.389	(4.389)
		14.109	664.470	678.579	(8.286)	55.350	(5.101)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos iniciais	5.101	5.933
Constituição/reversão líquida	3.337	(597)
Créditos baixados para prejuízo/revertidos	(152)	(235)
Saldos finais	<u>8.286</u>	<u>5.101</u>

(e) Créditos renegociados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve créditos renegociados no montante de R\$ 13.625 (R\$ 8.536 em 2020).

(f) Recuperação de créditos baixados para prejuízo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 2.908 (R\$ 30.040 em 2020). Em 2020 foi cedido créditos no montante de R\$ 29.902 para Sedona Cobrança e Assessoria S.A (nota explicativa 13).

6. Outros valores e bens

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bens não de uso próprio		
Imóvel	7.278	7.278
Terreno	297	297
Máquinas e equipamentos	667	667
Provisão para desvalorização	(964)	(964)
Subtotal	<u>7.278</u>	<u>7.278</u>
Despesas antecipadas		
Despesas antecipadas	1.259	1.778
Subtotal	<u>1.259</u>	<u>1.778</u>
Total	<u>8.537</u>	<u>9.056</u>
Circulante	914	915
Não circulante	7.623	8.141

7. Outros créditos - diversos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósito judicial PIS (nota explicativa nº 10 (a))	2.768	2.791
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis (i)	10.003	10.882
Adiantamentos diversos	140	65
Impostos e contribuições a compensar	2.661	403
Devedores diversos - país	15.705	2.032
Total	<u>31.277</u>	<u>16.173</u>
Circulante	18.506	2.499
Não circulante	12.771	13.674

(i) Referem-se a valores depositados judicialmente em reclamações trabalhistas e ações cíveis (vide nota explicativa nº10 (b)).

(ii) Refere-se a operações de antecipação a fornecedores de clientes do Banco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Depósitos e demais instrumentos financeiros

Abertura dos depósitos, captações e repasses por vencimento:

Depósitos e captações	31/12/2021				Total	31/12/2020
	Prazos (dias)					
	Sem vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360		
A vista	266.829	-	-	-	266.829	160.411
Interfinanceiros	-	285.806	-	-	285.806	40.368
A prazo	-	-	-	152	152	433
Outros depósitos	-	-	-	-	-	2
Total de depósitos	266.829	285.806	-	152	552.787	201.214
Total de depósitos e captação	266.829	285.806	-	152	552.787	201.214
Circulante					552.635	201.190
Não circulante					152	24

9. Outras obrigações - diversas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para pagamentos a efetuar - pessoal	39	108
Provisão para contingência fiscal - PIS	-	2.791
Provisões para ações trabalhistas e cíveis (nota explicativa nº 10 (b)) (i)	4.434	4.351
Provisão sobre fianças prestadas (ii)	9	17
Provisão para publicação de balanço	91	55
Obrigações por transações de pagamento	252	711
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	171	283
Obrigações por convênios oficiais	110.427	91.646
Obrigações por credores diversos - cartões	2.585	850
Obrigações a pagar - TECBAN	8.901	-
Outras obrigações - Banco pagador INSS (iii)	134.506	92.741
Outras	889	5.058
Total	262.304	198.611
Circulante	257.870	191.469
Não circulante	4.434	7.142

(i) O Banco constituiu provisões para contingências trabalhistas R\$ 83 cujo prognóstico de perdas contemplam causas prováveis (vide nota explicativa nº 10 (b));

(ii) Em atendimento a Resolução do CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016, foi constituída provisão para desvalorização sobre fianças como segue:

Tipo de Garantia	Rating	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor Garantido	Provisão	Valor Garantido	Provisão
Vinculado a licitações, leilões, prestação de serviços e execução de obra	AA	998	-	998	-
Aval ou fiança em processo judicial e administrativo de natureza fiscal	AA	40.335	-	17.987	-
	A	1.878	(9)	3.376	(17)
Total		43.211	(9)	22.361	(17)

(iii) O Banco tornou-se parte integrante do grupo de instituições financeiras autorizadas a realizar pagamentos de benefícios concedidos pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), o saldo constante nesta conta representa o valor a ser repassado aos beneficiários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

(a) Provisão para contingências fiscais

- PIS: o Banco ajuizou mandado de segurança para assegurar o direito de calcular e recolher PIS de acordo com a Lei Complementar nº 07/70, em relação aos fatos geradores ocorridos após março de 2006 ou, subsidiariamente, garantir o direito de recolher PIS somente com base em suas receitas provenientes da prestação de serviços, compensando-se os valores indevidamente recolhidos desde julho de 2003, nos termos das Leis nºs 9.430/96 e 9.250/95, por ser a Lei nº 9.718/98 não aplicável às instituições financeiras. O processo foi classificado como obrigação legal, tendo provisões e depósitos judiciais, conforme demonstrado:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão (i)	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial
Saldos iniciais	2.791	2.791	2.751	2.751
Atualização	2	65	40	40
Reversão (i)	(2.793)	-	-	-
Saldos finais	-	2.856	2.791	2.791

- (i) Refere-se reversão de provisões para contingências fiscais, reclassificada de risco de perda provável para possível, com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

(b) Provisões para processos trabalhistas e cíveis

Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários, pleiteando verbas trabalhistas que entendem devidas. Os processos de natureza cível em sua maioria pleiteando a revisão de cláusulas contratuais firmando com o Banco. As causas com risco de perda prováveis trabalhistas foram provisionadas, conforme demonstrado:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ações cíveis	Ações trabalhistas	Ações cíveis	Ações trabalhistas
Saldos iniciais	-	4.351	10	4.221
Constituição	-	83	-	130
Reversão	-	-	(10)	-
Saldos finais	-	4.434	-	4.351
Depósito judicial	4.234	7.245	4.234	2.507

(c) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

Ações trabalhistas no montante de R\$ 13.736 (R\$ 6.973 em 2020) que foram pleiteados direitos trabalhistas, em especial horas extras e reflexos com depósitos judiciais no montante R\$ 7.245 (R\$ 2.507 em 2020); Ações cíveis no valor de R\$ 21.675 (R\$ 31.265 em 2020), em sua maioria, pleiteando a revisão de cláusulas de contratos firmados com o Banco, em especial encargos, juros e multa, para os quais existem depósitos judiciais no montante de R\$ 4.234 (R\$ 4.234 em 2020); Ações fiscais no montante de R\$ 161 (R\$ 230 em 2020) e depósitos judiciais no valor de R\$ 2.722 (R\$ 85 em 2020).

(d) Outras informações

Desmutualização dos títulos patrimoniais da CETIP: o Banco possui processo administrativo no valor de R\$ 473 que tem por objeto apurar ganho tributável, auferido em julho de 2008, na alegada devolução de patrimônio social decorrente do processo conhecido como desmutualização da CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP Associação").

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está representado por 339.394.940 (339.394.940 - em 2020) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas no montante de R\$ 344.320 (R\$ 344.320 em 2020).

(b) Reserva de lucros

Conforme determinado na Lei nº 6.404/76, a reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve a constituição dessa reserva em função dos prejuízos acumulados.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio em função dos prejuízos acumulados.

BANCO CREFISA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Transações com partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco não possui despesa própria com seu pessoal-chave da Administração por utilizar a estrutura operacional do Grupo na execução de suas atividades.

(b) Outras partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão refletidas nas seguintes contas:

	Ativo		Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiro Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos	285.806	40.368	(4.119)	(1.482)
Comissões sobre fianças a receber Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.	47	25	168	-
Adobe Assessoria Serviços Cadastrais S.A.	21	12	29	-
Crefipar Participações e Empreendimentos S.A.	6	1	2	-
	<u>285.880</u>	<u>40.406</u>	<u>(3.920)</u>	<u>(1.482)</u>
	Passivo		Resultado	
Depósitos à vista / Prestação de serviços Diretoria e Acionistas	631	192	-	-
Crefisa Seguros S.A.	50	111	-	-
City Serviços Aéreos S.A.	172	53	-	-
Crefipar Participações e Empreendimentos S.A.	1.519	3.819	4	2
Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.	51.167	62.880	195.806	4.797
JR Participações e Investimentos S.A.	1	7	-	-
Adobe Assessoria Serviços Cadastrais S.A.	413	32.854	410	100
Panda Agência de Publicidade Ltda.	9.132	11.623	2	1
RL Participações e Empreendimentos	601	2.186	-	-
Sedona Cobrança e Assessoria S.A.	338	1.568	-	-
Sociedade Educacional das Américas S.A.	34.499	14.984	53	188
Toscana Telemarketing e Serviços S.A.	577	3.436	31	8
Dr. Fam Clínica Médica S.A.	342	10	2	-
Dr. Pet Clínica Veterinária S.A.	52	10	1	-
Correspondente Bancário Adobe Assessoria Serviços Cadastrais S.A.	-	-	(1.913)	(192)
Despesas com serviços de cobrança Toscana Telemarketing e Serviços S.A.	-	-	(1.101)	(12)
Cessão de Crédito Sedona Cobrança e Assessoria S.A.	-	-	-	1.495
Receitas de serviços de cobrança Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.	-	-	3.915	-
Sociedade Educacional das Américas S.A.	-	-	40	-
	<u>99.494</u>	<u>133.733</u>	<u>197.250</u>	<u>6.387</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita da intermediação financeira - operações de crédito

	31/12//2021	31/12/2020
Rendas de adiantamento a depositante	-	1
Rendas de empréstimos	25.809	4.299
Rendas de direitos creditórios descontados	275	208
Rendas de financiamentos à exportação	-	210
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.922	31.078
Total	<u>29.006</u>	<u>35.796</u>

14. Despesa da intermediação financeira - operações de captação no mercado

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de depósitos interfinanceiros	4.153	1.482
Despesas de depósitos a prazo	5	15
Despesas de operações compromissadas	3	-
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	410	157
Total	<u>4.571</u>	<u>1.654</u>

15. Resultado de operações de câmbio

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de operações de câmbio - outras	(902)	(876)
Receita de variação cambial	2.201	1.723
Despesa de variação cambial	(48)	(184)
Total	<u>1.251</u>	<u>663</u>

16. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

16.1. Receita de prestação de serviços

	31/12/2021	31/12/2020
Garantias prestadas	291	124
Rendas de antecipação de adquirência	37	150
Serviços prestados a ligadas (i)	199.762	34.111
Outros serviços	3.702	816
Total	<u>203.792</u>	<u>35.201</u>

- (i) Refere-se a serviços prestados a Crefisa S.A - Crédito e Financiamento e Investimentos, prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira, elaboração de relatórios, gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, comissão de fiança e indicação de clientes.

16.2. Receita de tarifas bancárias

	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de tarifas bancárias	5.277	2.931
Total	<u>5.277</u>	<u>2.931</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesas de pessoal

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Proventos	533	397
Encargos sociais	183	189
Benefícios	80	71
Honorários	-	262
Total	<u>796</u>	<u>919</u>

18. Despesas administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas de serviços de terceiros	4.461	593
Despesas de serviços técnicos especializados	911	883
Despesas de processamento de dados	6.379	2.835
Despesas de comunicações	421	299
Despesas de amortização e depreciação	15	35
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.909	7.572
Despesas de serviço de vigilância e segurança	-	175
Despesas de manutenção e conservação de bens	-	44
Despesas de processos e custos judiciais	2.799	700
Despesas de publicações	37	103
Despesas de tarifas INSS (i)	199.098	23.473
Despesas de aluguéis	2.014	1.371
Despesas de aquisição (ii)	2.198	1.923
Outras despesas	289	574
Total	<u>223.531</u>	<u>40.580</u>

(i) Refere-se a tarifa paga a Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) pelos pagamentos de benefícios. A variação ocorrida no período refere-se a operações de novos clientes captados por meio da Previdência Social.

(ii) Refere-se a licença de uso das bandeiras de cartões e processamento de uso de cartões.

19. Despesas tributárias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas de ISSQN	10.356	1.882
Despesas de contribuição ao COFINS	10.645	2.231
Despesas de contribuição ao PIS	1.729	363
Outras	193	190
Total	<u>22.923</u>	<u>4.666</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Reversão de provisões para contingências (i)	2.793	10
Atualização de depósito judicial	317	189
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	101	1.574
Variação cambial	54	141
Processos Judiciais	46	38
TCR c/ caract. s/ coob - Antec. Fornecedores (ii)	12.813	228
Incentivos meio de pagamento eletrônico	-	2.700
Outras	286	79
Total	<u>16.410</u>	<u>4.959</u>

- (i) Refere-se reversão de provisões para contingências fiscais, reclassificada de risco de perda provável para possível, com base na avaliação de seus assessores jurídicos.
(ii) O aumento refere-se a maior volume de operações em adiantamento de fornecedores.

21. Outras despesas operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Constituições/atualizações de riscos fiscais e trabalhistas (i)	85	3
Descontos concedidos (ii)	2.316	30.700
Despesas c/ serv. Assoc. trans. de pagto.	29	64
Despesas na alienação de BNDU	-	51
Prejuízos operacionais no pagamento de benefício do INSS	5.130	-
Despesas com repasses INSS (iii)	30.031	-
Outras despesas operacionais	175	1.288
Total	<u>37.766</u>	<u>32.106</u>

- (i) O Banco constituiu provisões para contingências de processos fiscais e trabalhistas cujo diagnóstico de perdas contemplam causas prováveis e possíveis.
(ii) Em 2020 foi cedido créditos no montante de R\$ 29.902 para Sedona Cobrança e Assessoria S.A.
(iii) As despesas de repasses refere-se a provisão de tarifas junto ao INSS, que serão pagas em 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as operações são demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação s/lucro e deduzidas as participações e JCP	(16.309)	9.175
Adições / (exclusões):	20.956	(1.294)
Provisão para contingências	(4)	120
Provisão para Devedores Duvidosos	441	(31.672)
Outras Provisões	21.932	61
Participações sobre o lucro	(76)	(64)
Outros	(1.337)	30.261
Lucro Antes das Compensações	4.647	7.881
(-) Compensações de Prejuízos/Base Negativa	(1.394)	(2.364)
Base de cálculo do IRPJ	3.253	5.516
Imposto de renda calculado	789	1.355
Incentivos fiscais de dedução	(8)	(8)
Imposto de renda apurado	781	1.347
Base de cálculo da CSLL	3.253	5.516
Contribuição social apurada	754	952
Total IRPJ e CSLL apurado	1.535	2.299
IRPJ - Estimativa	(755)	(1.383)
CSLL - Estimativa	(719)	(969)
Total IRPJ e CSLL devido	60	(53)

23. Ativo diferido IRPJ e CSLL

Em Dezembro de 2021 o Banco Crefisa constituiu Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal de anos anteriores no valor de 28.275 e sobre diferença temporária no valor de 11.185, totalizando o valor de 39.460 mil.

O objetivo da constituição do crédito foi adequar as melhores práticas contábeis, visando o equilíbrio das contas de resultado e contas patrimoniais, e demonstrando de forma clara e efetiva a transparência nas demonstrações financeiras. Considerando os critérios determinados pela Resolução 4.842/20.

A administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Composição do ativo diferido:

Descrição	2021
Provisão tarifa INSS (a)	24.855
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores(b)	62.833
Base de cálculo	87.688
Cálculo:	
CSLL - 20%	17.538
IRPJ - 25%	21.922
Total saldo do crédito tributário	39.460

O valor presente desses créditos tributários, calculado utilizando a taxa média SELIC em 11,55% é R\$ 35.390.

- a) Os valores provisionados de INSS referem-se as tarifas pagas ao INSS relativo a prestação de serviços como Banco Pagador ao beneficiário do INSS.

A provisão é constituída no momento em que se recebe o relatório contendo a estimativa dos valores calculados pelo INSS e revertida no final do mês subsequente quando recebe-se a informação dos valores efetivos a serem pagos.

- b) Conforme Art. 203 da Instrução Normativa RFB 1700/17, para fins de determinação do lucro real, o lucro líquido, depois de ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do IRPJ, poderá ser reduzido pela compensação de prejuízos fiscais respeitando o limite de 30% (trinta por cento) do referido lucro líquido ajustado.

A compensação poderá ser total ou parcial, em um ou mais períodos de apuração, à opção do contribuinte, observado o limite previsto no art. 205.

O disposto neste artigo somente se aplica às pessoas jurídicas que mantiverem os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do montante do prejuízo fiscal utilizado para compensação.

(b) Expectativa de Realização do Ativo Diferido

Os créditos tributários da Instituição em 31 de dezembro de 2021 representados por diferenças temporárias e prejuízo fiscal de exercícios anteriores possuem a seguinte expectativa de realização:

Base	Saldo	Expectativa de realização
Provisão tarifa INSS	24.855	1 mês
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	62.833	Até 120 meses
Total	87.688	

24. Gerenciamento de riscos e de capital

Gerenciamento de Riscos

Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial Crefisa, que compreende a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos e o Banco Crefisa S/A, possui estrutura de gerenciamento de riscos, segregada das áreas de negócios, compatível com o grau de complexidade e nível de risco das suas operações. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por metodologias, políticas e procedimentos que definem as diretrizes para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os principais riscos que o Conglomerado está exposto, em acordo com os níveis descritos na sua Declaração de Apetite por Riscos, desempenhando importante papel para seu crescimento sustentável.

Assim como é fundamental o gerenciamento individualizado de cada risco, também se avalia o impacto da interação entre os riscos, de modo a combinar a rentabilidade das operações com níveis de riscos, dando suporte na definição de estratégias e na tomada de decisão pela alta administração.

Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, socioambiental e de continuidade dos negócios) conforme o modo de mensuração de sua exposição.

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado ao não cumprimento, pelo tomador do recurso, de suas obrigações nos termos pactuados; à redução de remunerações ou ganhos esperados em operações de crédito; à reestruturação de instrumentos financeiros; ou aos custos para recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Mercado e IRRBB

O risco de mercado tem origem na flutuação das taxas de juros e das cotações de moeda na carteira de negociação; já o IRRBB vem do impacto de movimentos adversos das taxas de juros na carteira bancária.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez vem da possibilidade da instituição não ser capaz de honrar suas obrigações sem comprometer seu caixa ou de negociar seus ativos a preço de mercado sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional

O risco operacional está associado à falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos que impactem o alcance dos objetivos da instituição.

Risco Socioambiental

O risco socioambiental vem da possibilidade de perdas decorrentes de danos socioambientais e seus efeitos em outros riscos.

Risco de Continuidade de Negócios

O risco de continuidade de negócios tem origem na interrupção de serviços relevantes para o Conglomerado. O gerenciamento de continuidade de negócios fornece alicerces para que a instituição seja capaz de responder eficazmente a essas situações, de modo a salvaguardar suas atividades, estabelecendo estratégias para permitir a recuperação de dados e sistemas dentro de um prazo aceitável.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do Conglomerado tem o objetivo de estabelecer uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações da instituição, de acordo com seu plano estratégico, através de um processo contínuo de monitoramento e controle da sua suficiência, suportado por governança que estabelece diretrizes para assegurar a adequação aos limites regulatórios.

O índice de suficiência do capital é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, tendo como instituição líder a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimento. O Índice de Basileia apurado em 31 de dezembro de 2021 foi 60,9% e o Índice de Imobilização foi de 0,65%.

Adicionalmente, para fazer frente aos riscos assumidos para o cumprimento dos seus objetivos estratégicos e, em linha com a regulação vigente, o Conglomerado elabora anualmente plano de capital para os próximos três anos, considerando projeções de crescimento da sua carteira de crédito e demais ativos. Durante o 2º semestre de 2021 o plano se mostrou aderente à estratégia da instituição.

Complementarmente, avalia-se a suficiência de capital em cenários de estresse para os principais riscos que a instituição está exposta. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de suficiência de capital ficou em 41,2%, mostrando que o Conglomerado está preparado para momentos de estresse.

Além disso, o Conglomerado também avalia a suficiência de capital considerando o impacto de diversas combinações de cenários de choques paralelos pré-definidos nas taxas de juros da carteira bancária, onde o índice na mesma data base ficou em 50,1%.

O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br

25. Informações complementares

- (a) Relações interdependências - Recursos em trânsito de terceiros, no passivo, referem-se a ordens recebidas no exterior a cumprir, no montante de R\$ 12.642 (R\$ 149 em 2020);
- (b) Resultados de exercícios futuros referem-se a comissões recebidas sobre garantias prestadas e a retenção de rendas sobre operações de crédito, a serem diferidas pelo prazo dos contratos, no montante de R\$ 50 (R\$ 27 em 2020);
- (c) As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outras garantias, totalizam R\$ 43.211 (R\$ 22.361 em 2020) e estão registradas em conta de compensação. No semestre findo em 31 de dezembro de 2021 não existem valores de avais e fianças honradas a terceiros.

26. Outros assuntos

- (a) Efeitos do Coronavírus nas demonstrações contábeis

A Administração do Banco tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais o Banco está exposto, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar o Banco, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Até o momento não tivemos impacto relevante em seus resultados, entretanto, houve uma maior atenção na avaliação de crédito e nas concessões para as operações com pessoas jurídicas.

BANCO CREFISA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes que merecessem qualquer menção no respectivo relatório e/ou que pudessem alterar ou impactar os saldos das demonstrações contábeis.

Leila Mejdalani Pereira
Diretora Presidente

José Roberto Lamacchia
Diretor Superintendente

Ivan Dumont Silva
Diretor

Márcio Felipini
Contador-TC- CRC 1SP 197.370/O-2